

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

REQUERIMENTO Nº , DE 2007. (Do Sr. PRACIANO)

Requer que seja convidado o Sr. Jorge Hage Sobrinho, Ministro do Controle e da Transparência, para expor sobre as ações, programas e metodologias de trabalho desenvolvidas pela Controladoria-Geral da União – CGU, bem como sobre os resultados alcançados pelo referido Órgão.

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 219, II, do Regimento Interno, que seja convidado a comparecer a esta Comissão o Sr. Jorge Hage Sobrinho, Ministro do Controle e da Transparência, para expor sobre as ações, programas e metodologias de trabalho desenvolvidas pela Controladoria-Geral da União – CGU, em sua função de Órgão fiscalizador do uso das verbas públicas em nosso país, bem como sobre os resultados alcançados pelo referido Órgão

JUSTIFICAÇÃO

Informa-nos o site www.cgu.gov.br que a Controladoria-Geral da União (CGU) é o órgão do Governo Federal responsável por assistir direta e imediatamente ao Presidente da República quanto aos assuntos que, no âmbito do Poder Executivo, sejam relativos à defesa



do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio das atividades de controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria.

Os órgãos da imprensa, não poucas vezes, têm publicado matérias jornalísticas informando que a maioria das administrações públicas fiscalizadas pela CGU – nos programas de fiscalização por sorteio, realizado por este órgão – têm aplicado de forma irregular os recursos federais que recebem.

Embora os casos de desvios e má aplicação dos recursos públicos se dêem em todo o país, cito, como exemplo, os resultados de fiscalizações efetuadas pela CGU em alguns municípios do Estado do Amazonas, Estado pelo qual fui eleito.

Entre 2003 e 2006, a CGU realizou fiscalização em 21 dos 62 municípios do Estado (excluída a capital) e constatou graves irregularidades em todos eles. Foram detectadas, dentre outras, irregularidades como: compra sem licitação em empresa da filha e do genro do prefeito, malversação e desvios de recursos da saúde e da educação, ausência de fornecimento de merenda nas escolas, saques indevidos de recursos de Programas do governo federal, ausências de licitações em compras efetuadas por todas as prefeituras investigadas, não recolhimento de contribuição previdenciária, famílias acumulando benefícios que não podiam ser acumulados, gasto do dinheiro da saúde em combustível, etc.

Tive acesso, em data recente, a um CD produzido pela CGU, com a divulgação do resultado das fiscalizações do 21º sorteio de municípios e pude verificar que o desvio de verbas públicas não é uma prática isolada que só acontece em meu Estado.

Para ilustrar o que acabei de afirmar, relaciono, a seguir, alguns dos municípios investigados no já mencionado 21º sorteio realizado pela CGU, juntamente com os recursos que, segundo o relatório da própria CGU, foram desviados ou mal aplicados, total ou parcialmente:

Município aplicado	Valor Total fiscalizado	Valor irregularmente
Chá Preta/AL	R\$ 4.738.573,32	R\$ 3.942.079,06
Autazes/AM	R\$ 5.881.214,59	R\$ 4.994.124,55
Quixabeiera/BA	R\$ 4.418.412,58	R\$ 3.780.779,16



E8F65EEE53

Chaval/CE	R\$ 3.507.033,92	R\$ 1.998.771,46
São Mateus/ES	R\$ 12.684.438,16	R\$ 8.889.492,86
Cristianópolis/GO	R\$ 1.027.295,63	R\$ 520.506,20
Coroatá/MA	R\$ 27.516.835,63	R\$ 21.985.909,00
Indianópolis/MG	R\$ 1.099.898,52	R\$ 685.000,00

Conquanto haja divulgação, por parte da própria CGU, dos trabalhos de fiscalizações que este Órgão tem realizado, não se tem notícia, a partir da referida divulgação das constatações de desvios de verbas públicas, que medidas efetivas foram – ou estão sendo – tomadas para que se possa, principalmente, reaver as verbas públicas irregularmente aplicadas.

Acredito que seja interesse dos membros dessa Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, bem como da maioria da nossa sociedade, saber sobre a continuidade, a partir do que foi apurado pela CGU, dos procedimentos de fiscalização que comprovaram o mau uso ou o desvio das verbas públicas que deveriam ter sido aplicadas, regularmente, em educação, saúde, habitação, combate à pobreza, etc.

A presença do Sr. Ministro do Controle e da Transparência a esta Comissão é de suma importância, para que a referida autoridade informe sobre as ações, programas e metodologias de trabalho desenvolvidas pela Controladoria-Geral da União – CGU, em sua função de Órgão fiscalizador do uso das verbas públicas em nosso país, bem como sobre os resultados alcançados pelo referido Órgão de fiscalização no que diz respeito à recuperação das verbas irregularmente aplicadas ou desviadas.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 2007.

Deputado Praciano
PT/AM

